

HABEAS CORPUS Nº 564.764 - MG (2020/0054588-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JULIO CESAR FERREIRA ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. NOVA CONDENÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. RECONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS REPRIMENDAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JÚLIO CÉSAR FERREIRA ALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no Agravo em Execução Penal n.º 1.0079.28.005386-4/001.

Ao que se tem dos autos, o Juízo das Execuções Penais determinou a exclusão da pena restritiva de direitos da unificação de penas para cumprimento em momento de compatibilidade com o regime prisional (fl. 95).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução penal, tendo o Tribunal *a quo* dado provimento ao recurso para "*determinar a conversão das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade, com consequente soma das reprimendas*" (fl. 179).

Nas razões do *writ*, a Impetrante sustenta a ilegalidade da conversão das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade.

Aduz que "*o caso em apreço traz uma impossibilidade jurídica de soma ou unificação das penas, haja vista que os crimes e as penas são de natureza distinta, qual seja, comum e hedionda, detenção e reclusão*" (fl. 9).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado. No mérito, pleiteia "*a concessão da ordem, para invalidar a decisão impugnada e manter a decisão proferida pelo juízo singular da Comarca de Ribeirão das Neves que indeferiu o*

pedido de unificação das penas e conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, restabelecendo o status quo ante" (fl. 14).

Ao final, pugna pela cassação do acórdão.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 227-229.

As informações foram prestadas às fls. 235-244 e 245-273.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 146-148, opinando *"pela concessão da ordem, para suspensão da pena restritiva de direitos até o cumprimento da pena privativa de liberdade."*

É o relatório. Decido.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fls. 80-81):

"[...]

Nos termos do artigo 111 da Lei de Execução Penal, quando há mais de uma condenação, o regime de cumprimento é determinado pela soma ou unificação das penas, observando-se a detração ou remição e os limites estabelecidos pelo artigo 33, do Código Penal.

Quanto à conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, o artigo 44, §5º, do Código Penal, dispõe que 'sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior'.

Ou seja, se o cumprimento da pena restritiva de direitos for compatível com a pena corporal aplicada, como, por exemplo, em caso de pena cumprida em regime aberto, o Juiz poderá deixar de convertê-la em privativa de liberdade.

Trago à baila lição de Luiz Régis Prado acerca do tema aqui tratado:

"[...]

A propósito, o STJ firmou o entendimento no sentido de que o que se deve levar em conta, por meio de uma interpretação lógica, é a possibilidade de cumprimento simultâneo das sanções, pouco importando se a restritiva de direitos foi imposta em momento anterior ou posterior à privativa de liberdade. Veja-se:

"[...]

In casu, tem-se que o d. juízo monocrático, ao não proceder à conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, agiu em desconformidade à diretriz claramente posta no artigo 44, §5º, do Código Penal.

Com efeito, quando do envio da guia de recolhimento provisória relativa à nova condenação à pena privativa de liberdade, a ser iniciada em regime fechado, já havia sido enviada a guia relativa à condenação em que houve a substituição da pena corporal imposta ao agravado por duas restritivas de direitos, o que inviabiliza o

cumprimento simultâneo dessas e da pena privativa de liberdade a ser iniciada, reitere-se, em regime fechado. Por tal razão, na hipótese sub judice, a conversão das penas alternativas em privativa de liberdade se afiguraria adequada.

Nesse sentido, por elucidativos, confirmam-se os julgados que se seguem:

[...]

Outrossim, aqui não se aplica o disposto no artigo 76 do CP, pois o referido artigo, que prevê o cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar, aplica-se a casos de condenação a penas de naturezas diversas, como reclusão e detenção, por exemplo, o que não é o caso dos autos.

Portanto, nos termos do artigo 111 da Lei de Execuções Penais, a conversão da condenação em penas restritivas de direitos - autos nº 0288522-80.2016.8.13.0079 - em privativa de liberdade é medida que melhor atende ao espírito da lei, na toada da jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso de agravo em execução interposto, para determinar a conversão das penas restritivas de direitos em privativa de liberdade, com consequente soma das reprimendas."

O referido entendimento encontra-se em conformidade com o entendimento desta Corte, segundo o qual, ***"na hipótese de unificação prevista no art. 111 da LEP, é permitida a reconversão de pena restritiva de direitos se o Juiz verificar a incompatibilidade do seu cumprimento simultâneo com pena privativa de liberdade posterior"*** (AgRg no HC 424.866/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018).

Com efeito, somente é possível a manutenção das penas restritivas de direitos caso haja compatibilidade no seu cumprimento simultâneo com a pena privativa de liberdade. Caso contrário, a pena restritiva de direitos deve ser reconvertida em sanção privativa de liberdade, a fim de que se proceda à unificação das reprimendas, nos termos do art. 111 da Lei de Execução Penal. Nesse sentido, confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE QUE CUMPRIA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME SEMIABERTO. NOVA CONDENÇÃO A SANÇÕES ALTERNATIVAS. CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. UNIFICAÇÃO DAS PENAS (ARTS. 76 E 111 DO CP E ART. 181, § 1º DA LEP). INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ADMISSIBILIDADE.

1. Inexiste violação ao princípio da colegialidade, a teor do art.

Superior Tribunal de Justiça

34, XX, do RISTJ, quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. É pacífico o entendimento desta Corte segundo o qual, havendo nova condenação no curso da execução e não sendo compatível o cumprimento concomitante da reprimenda restritiva de direitos com a privativa de liberdade anteriormente imposta, faz-se necessária a unificação das penas (art. 181, § 1º, e, da LEP e art. 44, § 5º, do CP).

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 381.235/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora